



CAMPANHA SALARIAL 2016

Todos à assembleia de hoje

Atividade acontece ao meio dia no CB 10.

Toda a categoria está chamada a participar da assembleia de hoje, que iniciará a discussão sobre a campanha salarial deste ano e vai deliberar sobre a proposta de pauta unificada do Fórum das Seis.

A pauta conjunta de reivindicações é um importante instrumento para mobilização pelos direitos dos trabalhadores técnico-administrativos e em defesa da universidade e

da educação pública, gratuita e de qualidade.

A proposta do Fórum inclui a reposição pelo ICV-Dieese de maio/2015 a abril/2016 mais 3% para recuperação parcial da defasagem salarial acumulada e a reposição da diferença salarial de 2015. A luta pela retomada da isonomia salarial entre as três universidades e a mudança do teto salarial estadual

para 90,25% do subsídio de um ministro do STF e cumprimento estrito deste teto também estão na pauta.

A inflação acumulada pelo ICV dos últimos 12 meses já totaliza 10,96% - e para o cálculo a ser apresentado ao Cruesp ainda é preciso incluir o acumulado até abril deste ano. É hora de construir uma grande mobilização para arrancar conquistas.

LUTA

Ato das mulheres em Campinas acontece no próximo sábado

Nesta semana comemora-se o Dia Internacional de Luta das Mulheres (8 de março) e em Campinas o ato unificado contra a superexploração e a opressão machista acontece no próximo sábado (12). Com o lema “Mu-

lheres ocupam as ruas e a política, por nenhum direito a menos”, a manifestação terá início às 9 horas na Estação Cultura, de onde sairá uma passeata. O encerramento do dia de luta será no Largo da Catedral.



Neste dia 8 o Departamento de Mulheres do STU realizou um café da manhã coletivo e uma exposição fotográfica representativa da participação das mulheres da categoria nas lutas em defesa de direitos e da universidade pública.

Fotos: Moacir Cicero e Beeroth Souza

AGENDA

9/3 - quarta

8h30 - Reunião preparatória dos membros do Fórum das Seis no GT Isonomia.

10h30 - Reunião do GT Isonomia com o Cruesp.

12h - Assembleia Geral dos Trabalhadores da Unicamp, no CB 10.

10/3 - quinta

10h - Reunião do Fórum das Seis para debater as propostas aprovadas nas assembleias.

11/3 - sexta

12h - Oficina de Defesa Pessoal para mulheres (saguão do PB).

11 a 18/3

Segunda rodada de assembleias de base.

12/3

Concentração às 9h na Estação Cultura de Campinas para o ato “Mulheres Ocupam as Ruas e a Política, Por Nenhum Direito a Menos”.

15/3

Reunião do Consu que dará continuidade as mudanças nos estatutos da Unicamp.

22/3 - terça

Reunião do Fórum das Seis para avaliar o retorno das assembleias e, se possível, fechar a pauta de reivindicações.

Até 31/3 - quinta

Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

STF reconhece STU como *amicus curiae* no processo da mudança de regime

Foi deferido pelo Supremo Tribunal Federal no último dia 3 o pedido do STU para ingressar como *amicus curiae* no processo que discute a constitucionalidade da mudança do regime celetista para o Esunicamp de funcionários admitidos no período de 01/01/1985 a 05/10/1988. Como já informado no **Boletim do STU**, a condição de *amicus curiae* permite que o sindicato possa atuar como entidade qualificada a prestar esclarecimentos sobre a demanda em análise na Corte.

Em seu despacho o ministro Celso de Mello afirma que “*admito, na condição de amicus curiae, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp STU, eis que se acham atendidas, na espécie, as condições fixadas no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99*”. O artigo da Lei ao qual o ministro do Supremo se refere estabelece que só será permitido o ingresso de terceiros num processo judicial se houver “*relevância da matéria e a legitimidade dos postulantes*”.

Os advogados do sindicato, José Antônio Cremasco e Thiago Proença Cremasco, lembram que o processo contra a mudança de regime movido pela Procuradoria do Estado contra a Universidade caiu como uma bomba na vida dos trabalhadores que acreditaram na decisão do Consu, gerando uma enorme instabilidade.

Diante do questionamento do Ministério Público Estadual e da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo considerando inconstitucional o enquadramento de servidores no regime estatutário, algumas pessoas iniciaram uma movimentação com objetivo de montar uma associação para atuar no processo, deixando de lado o STU. Após algumas tratativas, a Comissão concluiu que quem tinha legitimidade

era o STU. Iniciou-se a discussão sobre a contratação de uma assessoria jurídica externa, mas como estava fora da realidade orçamentária da maioria dos funcionários tal proposta não avançou.

No mês de fevereiro, a direção do STU decidiu, conforme deliberado na assembleia de 14 de outubro, que o Jurídico do STU faria a representação da categoria dentro dos padrões de defesa do conjunto dos associados, sem diferenciação. Até porque o fato importante é que o STU é quem tem legitimidade processual.

“*A peça foi elaborada pelo Jurídico do STU e colocada a disposição da diretoria. Agora, de uma maneira muito satisfatória a resposta veio com a decisão*

do ministro Celso de Mello, reconhecendo o STU como amicus curiae”, observa José Cremasco.

A avaliação da diretoria do sindicato é que a mudança de regime é um direito legítimo dos trabalhadores garantido pela Constituição, que criou o Regime Jurídico Único. Cremasco lembra ainda que essa é uma pauta antiga e que a reitoria teve a possibilidade de migrar todos os servidores quando fez a mudança dos professores da carreira especial em 2007, e não o fez, inclusive contestando juridicamente o STU, que pediu extensão da mudança para todos na época. O STU segue acompanhando e reafirmando seu compromisso com essa luta.

SAÚDE DO TRABALHADOR

STU volta à Comissão Consultiva Mista do IAMSPE

Neste ano de 2016, o STU voltou a participar da Comissão Consultiva Mista (CCM) do IAMSPE, representado pelo diretor Marcilio Ventura. Já no dia 25/02 foi realizado ato em São Paulo, em frente ao HS, que teve como principais reivindicações o repasse mensal de 2% do governo e a melhoria, ampliação e descentralização do atendimento aos servidores. Como resultado, a CCM conseguiu reunião com Renato Villela, Secretário de planejamento, no último dia 3.

É importante lembrar que o IAMSPE, enquanto um sistema público de saúde dos servidores públicos, é sustentado pela contribuição compulsória de 2% de to-

dos servidores estatutários. E se já não bastasse o trabalhador não ter direito de escolha por pagar ou não os serviços do hospital do servidor e o atendimento ser bem restrito em diversas regiões de São Paulo, o governo Alckmin não coloca a contrapartida de seus 2% e ainda utiliza o sistema para fins políticos.

Portanto, o STU continuará cobrando que o governo invista integralmente o que deve ao IAMSPE, para que os servidores tenham acesso a uma estrutura de atenção à saúde pública de qualidade e com amplo atendimento.

E o sindicato vai ajudar a organizar a comissão local e regional da CCM.